

divulgados no grupo do Conselho. Dando prosseguimento, a conselheira Indira questionou sobre o prazo de dilação do biênio, sendo informado pela vice-presidente que se estende até o dia 19 de fevereiro de 2026. Quanto às questões legais, o presidente informou que não houve novidades, permanecendo as orientações já apresentadas em reuniões anteriores. Indira destacou que, para a recondução do Conselho, não pode haver inclusão de uma nova secretaria, o que tem sido o principal entrave para a realização do Fórum das Entidades. Explicou que, para que o fórum ocorra, é necessária a alteração na Lei do Conselho, visto que a Secretaria da Agricultura passará a compor o CONSEA, o que atualmente impossibilita a recondução. A conselheira acrescentou que a nova secretaria já deveria estar participando das reuniões, mesmo sem oficialização, como forma de integração e envolvimento nas atividades. O presidente reforçou que o fórum precisa acontecer e que a comissão deve ser empossada, especialmente porque, em breve, será elaborado o Plano da CAISAN, e o tempo para essas definições está se esgotando. Indira reiterou a necessidade de se estabelecer prazos, e que o setor jurídico deve se posicionar quanto a esses limites, para evitar ultrapassar o prazo de noventa dias de dilação sem as devidas providências. Na sequência, o presidente apresentou a última pauta do dia, referente à realização de uma reunião extraordinária para discutir o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA - Alimentos), ocasião em que seria feita uma apreciação e votação das instituições beneficiadas. Informou que o senhor Antony estava representando o conselheiro Ib Mendes Torres, ausente nesta reunião, e que o prazo para envio dos nomes das instituições encerra-se no dia 20 de novembro de 2025. Antony ressaltou que o processo ocorreu de forma muito rápida e que o sistema é novo. Indira explicou que o conselheiro João Batista havia informado que as instituições passariam por aprovação do Conselho, mas que o fluxo atual está diferente, pois as instituições são apresentadas apenas ao final, e não no início, como era feito anteriormente. Questionou ainda os critérios e o número de instituições escolhidas, sendo informado por Antony que cerca de 13 instituições serão beneficiadas. Indira detalhou o processo adotado em anos anteriores, no qual uma lista com cerca de 30 instituições era apresentada, o Conselho selecionava 12 habilitadas e, posteriormente, uma comissão específica realizava a distribuição dos alimentos. A vice-presidente informou que, na reunião do dia 13 de novembro, será apresentada a lista com os nomes das instituições, para que o Conselho delibere em uma única reunião. Indira ponderou que, nos anos anteriores, eram realizadas no mínimo duas reuniões para concluir o processo. Antony sugeriu que a listagem fosse enviada por e-mail previamente, para que os conselheiros tivessem conhecimento antecipado. Indira concordou e ressaltou que isso já havia sido cobrado anteriormente. Foi explicado que as instituições precisam possuir um número de inscrição emitido pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e manifestou-se preocupação quanto ao tempo hábil para emissão desses registros, visto que, nos últimos anos, o CMAS tem emitido apenas declarações. A vice-presidente esclareceu que as instituições sempre possuíam número de inscrição, porém, quando o número não era solicitado, o Secretariado Executivo e a Presidência emitiam apenas declarações, incluindo o número apenas quando havia pedido formal. Informou, por fim, que esse processo está sendo atualizado e regularizado junto ao CMAS. A vice-presidente indagou que, caso o pleno já tivesse conhecimento dos critérios de seleção, os trabalhos poderiam ser iniciados com antecedência. Em resposta, Antony explicou que isso não seria possível no momento, pois o processo envolve diversos detalhes técnicos que ainda precisam ser devidamente esclarecidos. O presidente Kayo Henrique reforçou que, em anos anteriores, as apresentações das instituições aconteciam com aproximadamente um mês de antecedência, permitindo que o Conselho realizasse a apreciação com mais tranquilidade e, na reunião seguinte, os critérios já estavam definidos e compreendidos por todos. Nesse contexto, a conselheira Indira observou que, em anos anteriores, o valor do recurso era expressivo, o que possibilitou beneficiar um número maior de entidades. Contudo, Antony informou que, nesta edição, o recurso é bem menor, totalizando R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte cinco mil reais). Finalizando sua fala, Indira ressaltou a importância da transparência no processo de seleção, destacando que, posteriormente, poderão surgir questionamentos quanto aos motivos pelos quais determinadas instituições foram escolhidas em detrimento de outras. O conselheiro Valcélcio sugeriu que Antony apresente todas as informações já organizadas e completas na próxima reunião, de modo que o Conselho possa deliberar e concluir o processo de forma célere. Foi ainda debatido sobre os produtos a serem distribuídos e os perfis das entidades beneficiadas, enfatizando-se que, após a aprovação do processo pelo

Conselho, o cadastro das instituições é realizado de maneira rápida, garantindo o cumprimento dos prazos e a efetivação das ações dentro do cronograma estabelecido. Sem mais comentários sobre o tema, o presidente questionou os conselheiros sobre a opinião a respeito do local da reunião, perguntando se estavam satisfeitos com o espaço utilizado ou se prefeririam realizar a próxima reunião extraordinária em outro local. As opiniões foram diversas entre os presentes. Ao final, o presidente reforçou a importância da presença de todos na reunião extraordinária, destacando que a participação de cada conselheiro é essencial para o andamento das deliberações. Em seguida, manifestou preocupação com a ausência da representação da Santa Casa de Misericórdia de Sobral nas últimas reuniões, solicitando atenção quanto a essa situação. Diante disso, o conselheiro Valcélcio sugeriu que seja enviada uma notificação formal à entidade, a fim de registrar a falta de participação no Conselho, e sua retirada do conselho. Reforçou ainda, a importância de todos comparecerem à próxima reunião, no horário certo, e lembrando que é um momento de vitória o retorno do PAA- alimentos, por mais que seja um valor pequeno. Agradeceu a presença de todos (as) e falou que o CONSEA não é um conselho de faz de conta, que faz a coisa certa e é atuante. Encaminhamentos finais incluíram: oAntony irá enviar o material para que os conselheiros possam se apropriar; oSecretaria executiva do conselho irá levar as atas anteriores para a reunião extraordinária para que seja feito a leitura e em caso de acordo, a ata será assinada; oConvocatória para reunião extraordinária no dia 13 de novembro às 14h, para ser apreciada a pauta do PAA- alimentos. oNotificar a Santa Casa de Misericórdia de Sobral oMontar o portfólio da semana da alimentação e postar no grupo Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Maria Carla do Nascimento, Secretária Executiva do CONSEA lavrei a presente ata, que será assinada pelos (as) conselheiros (as) presentes. Kayo Henrique Menezes Martins - Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Sobral- CONSEA.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SOBRAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SOBRAL - CMDCA, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2025.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2025, às 14h, foi realizada reunião ordinária de forma presencial, nas dependências do prédio do Centro de Educação a Distância (CED) de Sobral fica na Rua D. Iolanda P. C. Barreto, 317- Bairro Jocely Dantas de Andrade Torres. PAUTAS: Informes, apresentação do Núcleo de Acolhimento às Vítimas de Violência (Nuavv), discussão sobre o biênio 2025-2027, apresentação das visitas do mês, ofício de recomendação de compra, apresentação de parecer de não aceite de Conselheiro Tutelar substituto para férias, apresentação do plano decenal do CREAS. Estiveram presentes os conselheiros:

CONSELHEIRO (A)	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
SEGMENTO GOVERNAMENTAL		
Ruthe Ellen da Silva Sousa Firmino	SEDHAS - TITULAR	PRESENTE
Claudia dos Santos Costa	SEDHAS SUPLENTE	JUSTIFICADO
Érika de Albuquerque Vieira	SEC EDUCAÇÃO - TITULAR	PRESENTE
Maria Clécia Horano da Costa Prado	SEC EDUCAÇÃO - SUPLENTE	FALTOU
Lucas Djoukaef Ponte Silva	SESPOL - TITULAR	PRESENTE
Julio Marques Ferreira Lima Filho	SESPOL - SUPLENTE	FALTOU
Ana Aglapy Gomes de Araujo	STDE - TITULAR	FALTOU
Maria Juciene Sousa de Moraes	STDE - SUPLENTE	FALTOU
Zélia Maria Azevedo Magalhães	SEC. SAUDE - TITULAR	PRESENTE
Natália Azevedo Aguiar Ribeiro	SEC. SAUDE - SUPLENTE	FALTOU
SEGMENTO NÃO GOVERNAMENTAL		
Dariani do Nascimento Gonçalves	APAE - TITULAR	PRESENTE
Curmem Soares Sousa	APAE - SUPLENTE	FALTOU
Márcia Maria Santos da Silva	ITJ - TITULAR	FALTOU
Janaina Magalhães de Azevedo	ITJ - SUPLENTE	JUSTIFICADO
Kayo Henrique Menezes Martins	CASA ACOLHEDORA - TITULAR	PRESENTE
Maria das Dores Oliveira Silva	CASA ACOLHEDORA - SUPLENTE	FALTOU
Antônia Márcia da Silva Mesquita	SAFS - TITULAR	PRESENTE
Francisca das Chagas da Silva Mesquita	SAFS - SUPLENTE	PRESENTE

CONVIDADOS/ OBSERVADORES	
NOME	INSTITUIÇÃO
Ana Gilmaiza Tomaz Lourenço	SEDHAS
Ana da Silva Portela	CREAS
Bianca Fonteles Aguiar	CREAS
Marcelino Fonteles	Acadêmico de Direito UNINTA
Ana Silva Araujo	Acadêmico de Direito UNINTA
Ana Kézia Xavier da Costa	Acadêmico de Direito UNINTA
Candida Assucena A.	Acadêmico de Direito UNINTA
Ana Beatriz Correia	NUAVV
José Borges Junior	Promotor de Justiça/NUAVV

Aos vinte e nove do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, nas dependências do Centro de Educação a Distância - CED, realizou-se a reunião ordinária do CMDCA, onde a vice-presidente Ruthe Ellen Silva Sousa Firmino fez a abertura e deu boas vindas aos conselheiros, perguntou se havia algum informe, não houve informe e foi dado prosseguimento. Devido haver muitas pautas elas foram organizadas de acordo com o horário que os convidados tinham, se iniciando com a apresentação do Núcleo de Acolhimento às Vítimas de Violência NUAUVV. Que na ocasião estava sendo representado pelo Promotor de Justiça, coordenador do Núcleo de Mediação Comunitária e Coordenador do NUAUVV de Sobral Dr. José Borges Junior. Iniciou sua fala se apresentando e ressaltando que o NUAUVV é um equipamento novo no município de Sobral, inaugurado no final do mês de agosto. Logo após, solicitou uma rodada de apresentações para conhecer as pessoas presentes. Em seguida, explicou que a proposta daquele momento era apresentar o NUAUVV, equipamento que tem abrangência em 44 municípios, destacando sua importância na rede de proteção e atendimento. Durante sua fala, pontuou que, ao se pensar no Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), geralmente se associa o órgão à responsabilização - e, de fato, essa é uma de suas funções -, porém não é a única. Ressaltou que o MPCE tem passado por uma mudança de perfil, tornando-se mais humanizado e atento às necessidades reais da vida e às vulnerabilidades sociais. Para ilustrar essa transformação, compartilhou exemplos de sua atuação no Júri Popular, destacando que, em muitos casos, as vítimas acabam sendo invisibilizadas por uma série de fatores sociais, culturais e institucionais. Enfatizou a importância de um olhar mais sensível e humano nas práticas institucionais, reforçando o papel do Ministério Público na defesa da dignidade e dos direitos humanos. A estrutura do NUAUVV conta com recepção, salas destinadas à equipe técnica e espaços específicos para os serviços de acolhimento e escuta especializada. O Núcleo tem como principal missão garantir a proteção integral das pessoas em situação de violência, oferecendo atendimento humanizado a vítimas diretas e indiretas, em articulação com toda a rede de proteção. O atendimento realizado pelo NUAUVV contempla apoio nas áreas de saúde, assistência jurídica, psicológica, social e de segurança, assegurando um acompanhamento completo e integrado. Quando necessário, o Núcleo também realiza a articulação para inclusão das vítimas em programas de proteção a testemunhas e vítimas de crimes, fortalecendo a garantia de direitos e a segurança das pessoas atendidas. Seguindo a pauta, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Manoel Vieira Linhares apresentou ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo de Sobral (2025-2035). O documento tem como finalidade organizar e fortalecer o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, em conformidade com o SINASE, o ECA, o Plano Estadual e a Constituição Federal. O Plano busca garantir um atendimento qualificado, eficaz e humanizado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com ações integradas entre as políticas públicas municipais. Seu público-alvo são adolescentes de 12 a 18 anos (excepcionalmente até 21), autores de ato infracional e residentes em Sobral, bem como suas famílias. Entre os principais objetivos, destacam-se: qualificar o atendimento e as equipes técnicas; garantir o monitoramento e a avaliação contínua das ações; envolver famílias e comunidade; prevenir a violência e reduzir a reincidência; promover capacitação permanente dos profissionais; e fortalecer a articulação entre as políticas públicas. A Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social- SEDHAS será responsável pela coordenação do Plano, em parceria com órgãos municipais, o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade civil, assegurando transparência, integração e aprimoramento contínuo dos serviços. O documento está estruturado em quatro eixos: Governança do Sistema Municipal de Medidas Socioeducativas; Qualificação do Sistema Socioeducativo; Protagonismo e Autonomia dos (as) Adolescentes; e Fortalecimento das Ações Intersetoriais, Intergovernamentais e Interinstitucionais. Fortalecimento das Ações Intersetoriais, promovendo parcerias com educação, saúde, cultura e programas de inserção no mercado de trabalho. O Plano Decenal de Sobral (2025-2035) reafirma o compromisso do município em garantir direitos, inclusão social e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, priorizando o atendimento humanizado e o fortalecimento da rede intersetorial. Ao final da apresentação, o CMDCA destacou a relevância da proposta e aprovou o Plano por unanimidade em plenário, reconhecendo-o como um importante avanço na política municipal de atendimento socioeducativo. Dando prosseguimento às pautas da reunião, foi concedido um momento de fala ao grupo de acadêmicos do

curso de Direito do Centro Universitário Inta - UNINTA, que realizaram uma apresentação ao Conselho sobre o tema: "Corrupção de Menores: um olhar jurídico e social sobre a influência do adulto no crime". Os discentes abordaram o tema de forma clara e reflexiva, destacando aspectos legais e sociais da corrupção de menores, enfatizando a importância da responsabilização e da prevenção no contexto familiar e comunitário. A exposição trouxe contribuições relevantes para a compreensão do fenômeno e reforçou o papel da sociedade e das políticas públicas na proteção integral de crianças e adolescentes. Após a apresentação, a presidente do Conselho Antônia Márcia da Silva Mesquita parabenizou os estudantes pela iniciativa e pela qualidade do trabalho desenvolvido, ressaltando a importância do diálogo entre a academia e os espaços de controle social. Em seguida, sugeriu alguns locais e instituições para que os acadêmicos realizem visitas técnicas, como forma de enriquecer ainda mais o processo de aprendizagem prática e ampliar a compreensão sobre a atuação da rede de proteção e dos órgãos do sistema de garantia de direitos. Logo após, a Presidente do CMDCA iniciou a pauta referente à composição da mesa diretora para o biênio 2025-2027, apresentando ao plenário a proposta de recondução da mesa e pleno atual. Em sua fala, destacou que o processo está devidamente amparado pelos parâmetros legais que regem o Conselho, conforme disposto na Lei Municipal e no Regimento Interno do CMDCA, os quais permitem a recondução dos membros da mesa diretora. A Presidente ressaltou ainda a qualidade do trabalho desenvolvido pela atual mesa diretora, composta por ela, Ruthe Ellen Vice-presidente e Dariani do Nascimento Gonçalves, secretária, destacando o bom funcionamento e a continuidade das ações do Conselho durante o biênio em curso. Após as devidas considerações e abertura para manifestação dos conselheiros, o plenário, por unanimidade, deliberou favoravelmente à recondução da atual mesa diretora para o próximo biênio 2025-2027, ficando decidido, portanto, pela não realização do Fórum de Entidades. A Presidente do CMDCA informou ao plenário que, no mês em referência, foi realizada apenas uma visita institucional. A visita ocorreu no Centro de Formação de Apoio ao Surdo, no dia 21 de outubro de 2025, às 1h30min, contando com a presença da própria Presidente, da Sra. Maria Carla do Nascimento, Secretária Executiva do CMDCA, e da Sra. Francisca das Chagas da Silva Mesquita, membro do Conselho. A Presidente destacou que a visita foi de grande importância, permitindo um melhor conhecimento das atividades desenvolvidas pela instituição. Ressaltou, ainda, que a conselheira Francisca demonstrou satisfação com o trabalho realizado pelo CEFAS e manifestou interesse em contribuir com as ações da entidade. Por fim, foi informado que o CMDCA irá atender à solicitação apresentada pelo CEFAS, a qual motivou a realização da referida visita. Na sequência, a Presidente Márcia Mesquita iniciou a pauta apresentando ao colegiado a proposta de equipar o CMDCA, com o objetivo de viabilizar e aprimorar o trabalho desenvolvido, tendo em vista as dificuldades que a Secretaria Executiva tem enfrentado para desempenhar suas funções com qualidade, considerando as limitações dos meios atualmente disponíveis. A Presidente esclareceu que, caso houvesse concordância do plenário, os recursos necessários para a aquisição dos equipamentos seriam provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA. Em seguida, foram apresentados os itens propostos para compra, sendo eles:

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E APOIO TÉCNICO

- 01 Nobreak / Estabilizador
Opção 1: Nobreak Interativo XNB 720 Bivolt Preto – Intelbras
Opção 2: Estabilizador Revolution Speedy 1000 VA 1 0016621
01 Notebook (Core i5, 8 GB de RAM, SSD 256 GB)
Marca sugerida: Lenovo ou Dell
01 CPU
Opção 1: Novo Desktop Dell Pro Micro Plus
Intel® Core™ Ultra 7 265T (13 TOPS NPU, 20 cores, até 5.3GHz)
Windows 11 Pro
32 GB (2x16GB) DDR5, 5600 MT/s
1TB SSD (Classe 35)
Opção 2: Desktop Dell Pro Micro (Modelo QCM1250)
Intel® Core™ i5 14500T (14 cores, até 4.8GHz)
Windows 11
16 GB (1x16GB) DDR5, 4800 MT/s
512GB SSD (Classe 25)
01 Tela / Monitor
Opção 1: AOC, Monitor Gamer G4 27" 180Hz, 27G4/P, 0,5ms IPS, com ajuste de altura
Opção 2: AOC LEGEND 27, 240Hz, 0,5ms, Preto/Vermelho, C27G2ZE
01 Combo Teclado e Mouse (sem fio)
Opção 1: Dell – KM3322W
Opção 2: HP 330 – Combo sem fio, 1600 DPI, ABNT2, Preto (2V9E6AA/AC4)
01 Mouse pad ergonômico
Opção 1: Mouse Pad Multi com Apoio em Gel Pequeno Preto – AC021
02 HDs externos
Equipamentos de Áudio, Apresentação e Armazenamento
01 Projetor
Modelo: EPSON PowerLite E20, 3400 Lúmens, XGA, HDMI, Branco, Bivolt
02 Microfones sem fio
Opção 1: Microfone Kadosh Duplo Sem Fio K 502 M Original
Opção 2: JBL Wireless Set – 2 Microfones Sem Fio, Preto
Opção 3: Dylan UDX-02 Multi – Microfone Sem Fio Duplo UHF
01 Caixa de som amplificada
Opção 1: Mondial Connect Lights Plus, Bivolt, 700W RMS – CM-700
Opção 2: Mondial Connect PartyPlus, Preto, 250W RMS, Bivolt – CM-250
01 Fone de ouvido sem fio over-ear
01 Passador de slides (apresentador sem fio)
Opção 1: Logitech R400 com Laser Pointer Vermelho
Opção 2: Multilaser Pen Laser – AC285
Mobiliário e Acessórios
01 Cadeira de escritório
Opção 1: Cadeira Uni All Black
Opção 2: Cadeira Dot All Black
01 Mesa de escritório
Opção: Mesa em L, Estação Escritório 130x130 com gavetas e chave, cor cinza
01 Armário pequeno
Opção: Armário baixo com 2 portas (0,80x0,42x0,75m) – INCOFLEX, cor cinza
01 Mochila de rodinha para notebook/projetor
Opção 1: Mala Briefcase Executiva Advanced Preta
Opção 2: Mochila Carrinho 2 em 1 Sestini Rolling Crinkle Preto
02 Extensões elétricas com disjuntor

A Presidente informou que o orçamento estimado para a aquisição dos equipamentos gira em torno de R\$ 18.000,00 a R\$ 20.000,00 (dezoito a vinte mil reais), podendo sofrer ajustes conforme a cotação dos produtos no momento da compra. Após as devidas considerações e abertura para manifestação dos conselheiros, a proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade pelos membros presentes. Durante a discussão, as conselheiras Dariane e Francisca sugeriram que, posteriormente, fosse estudada a possibilidade de confeccionar blusas e/ou crachás de identificação para os representantes do Conselho, especialmente os integrantes da Comissão de Documentação e Cadastro, que realizam visitas externas. A reunião teve seguimento, e a pauta da vez foi sobre o conselho Tutelar, a presidente Márcia Mesquita apresentou ao plenário a situação referente à dificuldade encontrada pelo Conselho Tutelar quanto à convocação de suplentes para substituição de conselheiros em período de férias ou afastamento temporário. A Presidente destacou, em especial, o caso do conselheiro suplente Léo, que tem demorado a responder quando convocado e, em diversas ocasiões, manifestou não aceitar assumir as funções, seja para substituir temporariamente ou assumir como titular. Foi mencionado que o mesmo teve a oportunidade de substituir o conselheiro Tony (in memoriam) e também não aceitou. A Presidente relatou que o processo tem gerado retrabalho administrativo, uma vez que é necessário elaborar e assinar a convocatória, em seguida o termo de não aceite, depois uma nova convocatória e o termo de aceite do próximo suplente, o que tem ocasionado lentidão e desgaste na condução das substituições. A Presidente também pontuou que, diante dessas situações, a conselheira Daniele tem acabado por assumir de forma recorrente as substituições de férias, tornando-se praticamente uma conselheira fixa para esse fim. No entanto, quando foi convocada para assumir como titular, não aceitou. Foi ainda apresentada a situação de que, em algumas ocasiões, a conselheira tem se eximido da responsabilidade de alimentar o sistema Sistema de Informação para a Infância e Adolescência- SIPIA, justificando que não é titular, apenas suplente, o que, segundo a Presidente, evidencia certa falta de compromisso e responsabilidade por parte de alguns suplentes. Tais atitudes demonstram desinteresse em exercer plenamente a função e em assumir o cargo efetivamente, inclusive em situações de vacância, como ocorreu na substituição do conselheiro Tony (in memoriam). Diante da situação, surgiu no plenário a sugestão de que, quando o suplente declarar que não deseja mais assumir ou tirar férias, ele seja colocado ao final da lista de suplência, abrindo espaço para que outros tenham oportunidade de exercer a função. A proposta gerou debate entre os presentes, sendo então apresentada uma nova sugestão pela conselheira Ruthe Ellen, que propôs o seguinte critério: Após duas convocações consecutivas nas quais o conselheiro suplente não aceitar assumir a função - seja para substituir férias ou assumir como titular -, ele não deverá ser convocado uma terceira vez e passará automaticamente para o final da lista de suplência. A Presidente exemplificou: caso o Conselheiro Suplente "B" seja convocado, assine o termo de não aceite, e em uma segunda convocação repita a negativa, ele deixará de ser chamado novamente e ocupará a última colocação na ordem de suplência. A proposta apresentada pela conselheira Ruthe Ellen foi bem aceita pelos demais presentes, que consideraram a medida justa e necessária, por permitir maior rotatividade e oportunidade para outros suplentes assumirem quando houver necessidade de substituição. Em seguida, a conselheira Ruthe Ellen fez a colocação de que seria importante verificar o edital de eleição do Conselho Tutelar, a fim de confirmar se a medida proposta possui amparo legal. Assim, ficou definido que o retorno sobre essa verificação será apresentado na próxima reunião do colegiado, momento em que a decisão será formalmente definida. Ficou ainda deliberado que, após a definição final, a Secretária Executiva, Sra. Carla, ficará responsável por noticiar oficialmente todos os conselheiros tutelares suplentes sobre a decisão do colegiado. Por fim, a Presidente Márcia Mesquita solicitou que fosse elaborada a ata da reunião e preparada a resolução referente à aprovação da utilização do recurso do FIA Municipal para a equipagem do CMDCA, com brevidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Maria Carla do Nascimento, lavrei a presente, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais participantes presentes. Sobral, 14/11/2025. Antônia Márcia da Silva Mesquita - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sobral - CMDCA.

RESOLUÇÃO Nº 06 /2025 - CMDCA - Dispõe sobre a recondução da Mesa Diretora e do Pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para o biênio 2025-2027, e dá outras providências. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conferidas

pela Lei Municipal nº 041/90 de 20 de novembro de 1990 - Alterado pela Lei nº 239/99 de 06 de dezembro de 1999 e ditada pela Lei Municipal nº 1.121 de 14 de dezembro de 2011 e pelo Regimento Interno do Conselho e demais normas pertinentes, **CONSIDERANDO** a importância da continuidade das ações, projetos e deliberações desenvolvidas pelo Conselho; **CONSIDERANDO** que a recondução da Mesa Diretora e do Pleno foi apreciada e aprovada em Plenário na reunião realizada no dia 29 de outubro de 2025, conforme registro em ata; **RESOLVE**: Art. 1º Ficam reconduzidos, para o biênio 2025-2027, os (as) membros da Mesa Diretora e do Pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, mantendo-se suas respectivas funções e responsabilidades. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sobral, 14/11/2025. Antônia Márcia da Silva Mesquita - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sobral - CMDCA.

LICENÇAS AMBIENTAIS

EXTRATO DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**, para a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DA VEGETAÇÃO FLUTUANTE DO RIO ACARAÚ**. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE. Sobral/CE, 14 de novembro de 2025. FRANCISCO HERMENEGILDO SOUSA NETO - Secretário da Infraestrutura.

EXTRATO DE REQUERIMENTO DE ANUÊNCIA AMBIENTAL - A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, INFORMA QUE REQUEREU À AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - AMA A **ANUÊNCIA AMBIENTAL**, para a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DA VEGETAÇÃO FLUTUANTE DO RIO ACARAÚ**. SOBRAL, 14 DE NOVEMBRO DE 2025. FRANCISCO HERMENEGILDO SOUSA NETO - SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SOBRAL